

Estados nascem com problemas

SANDRA SATO

BRASÍLIA — Pobreza, estradas intransitáveis, saúde e educação precárias e falta de saneamento básico contrastam com as riquezas minerais dos três estados criados pela nova Constituição: Tocantins,

Amapá e Roraima. Com 1,5 milhão de habitantes, os novos estados sempre dependeram quase totalmente da União e os que lutaram pela mudança sonham com o desenvolvimento. Dura luta para quem já nasceu pobre. A arrecada-

ção de impostos é insignificante porque a economia se restringe a uma agropecuária de subsistência. No ano passado, por exemplo, Roraima teve Czs 100 milhões de receita de ICM, o que cobriu apenas 12% da folha de pagamento dos

funcionários públicos, enquanto o Amapá arrecadou Czs 230 milhões, valor desprezível para um orçamento de Czs 18 bilhões. Tocantins nunca conseguiu arrecadar mais de 7%, em média, do ICM de Goiás. Mas Tocantins arranca na fren-

te dos outros dois, pois se separa de Goiás sem endividamento. E também vai se fortalecer politicamente. O Tribunal Superior Eleitoral divulgou ontem o calendário das eleições no estado, que elegerá, agora em novembro, o governa-

dor, vice-governador, três senadores, oito deputados federais e 24 deputados estaduais, além de prefeitos e vereadores de 60 municípios. Os candidatos terão de ser registrados até as 18 horas da próxima quarta-feira, dia 12.

Tocantins fortalece recursos e política

O rio Tocantins divide o novo estado: de um lado os municípios miseráveis, do outro os mais desenvolvidos. Na margem direita vive uma população pobre e está a cidade de Porto Nacional, uma das mais antigas, que pretende ser a capital de Tocantins. Na margem esquerda situam-se Araguaína e Gurupi, que também disputam sediar a capital. Há 179 anos os tocantinenses querem a emancipação, porque a longa distância sempre encurtou a participação no orçamento do estado de Goiás.

Com a transformação em estado, Tocantins ganha duplamente. Primeiro, porque vai contar com recursos da União que antes tinha de dividir com as cidades goianas. Segundo, porque sai da região Centro-Oeste para a Norte, o que lhe vai garantir mais recursos do Fundo de Participação dos Estados. É que 20% do total de recursos do fundo são distribuídos entre os estados nortistas.

De imediato, para dar infra-estrutura de estado, Tocantins vai receber 640 mil OTNS, que na cotação de hoje equivalem a Czs 1,5 bilhão. Além disso, lembra o deputado José Freire, a União vai repassar Czs 20 bilhões, com correção monetária ao longo de dez anos. Esse é o valor corrigido dado ao Mato Grosso para que se desenvolvesse após a divisão.

Tocantins também se fortalece politicamente. Os 400 mil eleitores tocantinenses, apesar de representarem 20% do eleitorado goiano, só conseguiram fazer dois deputados federais e cinco estaduais — um suplente. Nas eleições de 1990, o Tocantins colocará no Congresso três senadores e oito deputados.

Todas estas vantagens somadas às riquezas minerais e à imensa área agricultável podem acabar com a pobreza em que vivem a maioria do 1,1 milhão de habitantes do Tocantins. Levam vida melhor os moradores das cidades que estão próximas à estrada Belém-Brasília. Esse grupo representa 40% da população total.

O saneamento básico é quase nulo. O que existe são fossas sépticas, mas o abastecimento

de água só não atende a três municípios. Já a energia elétrica é alimentada por usinas termelétricas e pequenas hidrelétricas.

O sistema de saúde necessita de médicos e de estrutura. Nos 286.944 quilômetros quadrados de Tocantins só existem 11 hospitais de atendimento geral e 136 médicos.

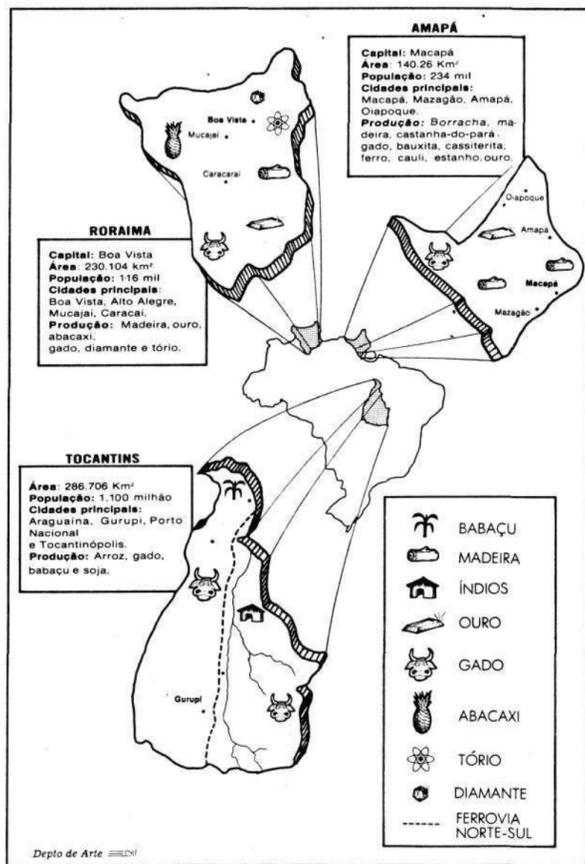
Escolas não são problema. Existem 3.349 salas de aula suficientes para atender aos 450 mil alunos matriculados por ano. Mas faltam professores e material didático. Tocantins não tem faculdade, só conta com os campi avançados da Universidade Federal de Goiás montados em Araguaína e Porto Nacional.

Em contraste, estão o potencial mineral, extrativista e agropecuário. Segundo a Comissão de Estudo de Problemas do Norte Goiano (Conorte) "há calcário, gipsita, ouro, quartzo e cassiterita. Na região onde se explora madeira e babaçu, 70% da área do Tocantins tem divisas com os rios, o que favorece a cultura de arroz irrigado". Lá já são produzidas 2,5 bilhões de toneladas de grãos por ano. A região também é produtora de gado e existem seis milhões de cabeças.

POLÍTICA

O Tocantins é o único entre os novos estados criados que deverá escolher seu governador nas urnas ainda este ano — já que o governo será instalado em 1º de janeiro de 89. O PMDB lançou o deputado José Freire e o PDC coligado com os outros partidos fez o candidato Siqueira Campos, também deputado federal. Mesmo sem data marcada para a eleição, os candidatos já estão em campanha.

Siqueira Campos tem a seu favor a greve de fome de três dias que fez no final de 85 em protesto contra o veto do presidente José Sarney ao projeto de lei de criação do estado aprovada pelo Congresso. Mas se depender de estrutura partidária é José Freire quem vai assumir o governo. Nas últimas eleições, o PMDB ganhou 54 das 60 prefeituras em disputa na região e tem diretório em todos os municípios.



Amapá, a dura luta contra dificuldades

Uma região com potencial mineral superior ao de Carajás abriga 60% de sua população (162 mil pessoas) em casas de palafitas e barracos. O Amapá gasta grande parte dos recursos repassados pela União com o pagamento da folha dos nove mil funcionários públicos. Quem não trabalha para o governo no Amapá está desempregado ou subempregado.

A vida é dura na região e apenas os que moram na capital podem contar com as regalias de energia elétrica durante todo o dia, água encanada, saneamento e assistência médica geral. No Interior os postos de saúde funcionam precariamente. O esgoto é jogado direto nos rios de onde a população se abastece de água e de peixes. Os dez municípios (que dobraram com a transformação do Amapá em estado) ficam no escuro depois da meia-noite e só voltam a ter luz ao meio-dia.

O verão deste ano poderá repetir o racionamento de energia de 1987, porque ainda não foi construída a terceira turbina da hidrelétrica Paredeão que abastece a região com a ajuda de termelétricas alimentadas a óleo diesel. O Amapá está sujeito a um colapso de energia elétrica.

A falta de infra-estrutura causou uma crise na Justiça do Amapá. Todas as comarcas do Interior estão sem juiz, porque os que ocupavam as vagas se aposentaram ou pediram transferência para o Tribunal de Justiça de Brasília que tem jurisdição sobre o antigo território. Ninguém quer ficar lá. Existem mais de dez mil processos criminais — número elevado para a população de quase 300 mil — e cerca de cinco mil na área civil por conta de apenas três juizes. As eleições municipais sobrecarregam ainda mais o trabalho da Justiça local.

RECURSOS

A receita também não muda com a transformação do território em estado. O Amapá vive quase de 90% de recursos da União. Dos recursos próprios, o Imposto Único sobre Minérios e Imposto Territorial Rural, exploração do manganês e Fundo de Participação dos Estados o novo estado só conseguiu arrecadar Czs 230 milhões no ano passado. A Secretaria de Finanças estima que neste ano a região vai conseguir arrecadar Czs 2,1 bilhões, mas o estado precisa de Czs 18 bilhões para funcionar.

O Amapá importa todos os

produtos que consome, mas produz algumas culturas de subsistência como mandioca, arroz, feijão, banana, milho e recentemente a pimenta-do-reino. Segundo o Ministério do Interior o solo é bom para o desenvolvimento agropecuário. Mas o governo tem dado prioridade ao extrativismo da borracha, castanha-do-pará e sementes oleaginosas.

O Ministério da Reforma Agrária desde o ano passado está assentando famílias ao longo do rio Jari e dando condições para que a população comercialize os seus produtos sem intermediários, contou Walter Irder, assessor do ministério. Segundo Irder, a meta é assentar, até o final do ano, sete mil famílias.

Os minerais, porém, são a fonte de riqueza do Amapá que poderá desenvolver as indústrias. Com exceção da exploração do caulim pelo Projeto Jari que já atingiu produção de 240 mil toneladas por ano, as indústrias, assim como o comércio, são inexpressivas. O manganês é o principal minério extraído na região, mas há jazidas de ouro, cassiterita, bauxita e minérios de ferro em grande quantidade, segundo o Ministério do Interior.

POLÍTICA

Há seis anos o Amapá está nas mãos do PFL. A briga para manter-se no governo impede a união dos partidos. Os amapaenses poderão ser governados, nestes dois anos de mandato pro tempore, por um novo nome, desta vez eleito pelo povo.

Mesmo capenga, a Aliança Democrática, sustentada pelo PFL e PMDB, ainda serve para estimar de que partido será o escolhido do presidente para governar o Amapá. "Há grandes chances de ser do PMDB, porque o outro território transformando em estado, Roraima, ficou nas mãos do PFL", analisa o candidato do PMDB, Celso Solé.

Até agora apenas dois políticos manifestaram interesse pelo governo do Amapá: o assessor do senador Humberto Lucena, Celso Salé, e o deputado Geovani Borges, do PFL. Geovani venceu Celso nas eleições de 86. "mas, desta vez, será diferente", acredita o peemedebista, porque se Geovani ou qualquer outro dos três deputados pefelistas for nomeado, o PFL vai abrir vaga para o suplente do PDT, Júlio Pereira. O Planalto não deve dar esta chance ao partido de Brizola.

Conflitos agravam a crise de Roraima

O conflito entre índios, garimpeiros e fazendeiros em Roraima já matou e feriu muita gente este ano. As estatísticas são contraditórias, mas a situação é grave. As estradas são intransitáveis, o saneamento só atende o centro de Boa Vista, há racionamento de energia elétrica e é precário o sistema hospitalar. Esses são alguns dos problemas que continuarão contando com o mesmo volume de recursos, apesar da transformação do território em estado.

O Fundo de Participação dos Estados, principal fonte de renda de Roraima, não vai enviar mais recursos. Os Czs 100 milhões arrecadados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias representam apenas 12% do que se gasta com a folha de pagamento e encargos sociais dos funcionários públicos: dos cofres do governo federal saem cerca de Czs 800 milhões por mês para cobrir a folha.

A arrecadação de impostos poderia ser maior se não houvesse a sonegação de ICM, IBTI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e IPVA (Imposto para Veículos Automotores), que a Secretaria de Finanças acusa e diz que não consegue evitar. Além disso, menos de 15% dos minérios extraídos em Roraima pagam imposto. O restante é contrabandeado até para o Exterior. Estima-se que, por mês, os garimpeiros tiram uma tonelada de ouro transportado clandestinamente.

PROBLEMAS

Não se sabe ao certo a área ocupada pelos 50 mil yanomamis, macuxis e wapixanas, que representam 30% da população, em Roraima, mas há muito tempo essas terras são cobeadas por fazendeiros e garimpeiros. As terras dos índios, pelo menos as que lhes pertenciam de fato e de direito, não são agricultáveis mas servem de pasto para o gado e possuem minas de ouro e diamante.

Todos os dias chegam a Roraima cerca de 200 garimpeiros que já somam quase 40 mil. A riqueza mineral é o trunfo para o desenvolvimento do novo estado, onde o comércio e a indústria são inexpressivos e a agropecuária insuficiente para atender o mercado interno. Mas do rico subsolo saem ouro, diamante, cassiterita, tório, molibdênio e outros minerais nobres, a maior parte clandestina-

mente. Ainda há outro problema: as riquezas estão em território indígena.

As estradas que não suportam as fortes chuvas equatoriais e a carência de energia elétrica são outros entraves ao desenvolvimento do novo estado. A BR-174 que liga Boa Vista a Manaus e à Venezuela está desaparecendo por falta de recursos. Na época de chuvas fortes, Boa Vista fica ilhada. A capital também está sofrendo corte diário de energia elétrica, de quatro horas.

O saneamento está restrito a Boa Vista, onde residem cem mil dos 150 mil habitantes do Estado. Mesmo assim, o esgoto é jogado sem tratamento no Rio Branco, quando não empocam nas depressões da periferia. Isso contribuiu para que a malária tenha feito mais de 15 mil vítimas no ano passado e possa chegar aos 20 mil neste ano, com a migração dos garimpeiros.

A diarreia e a desidratação são as principais causas de mortalidade infantil, mas não é só o povo que está doente, o sistema hospitalar vai muito mal. A capital conta com um hospital do governo e outros particulares — agora está sendo construído outro hospital geral —, mas no Interior só existem postos de saúde que se limitam aos primeiros socorros.

POLÍTICA

A briga entre PMDB e PFL deve esquentar as eleições municipais. Os confrontos começaram em 83, quando o grupo do deputado Mozarildo Cavalcante (PMDB) derrubou o deputado Ottomar de Souza Pinto do governo. Mozarildo tenta afastar de vez o grupo de Ottomar, mas este está fortalecido: deputado mais votado na história de Roraima, ele conseguiu derrubar o prefeito pefelista de Boa Vista, que assumiu após o assassinato do prefeito Silvío Leite.

A nomeação do governador Romero Juca, sem esperar pela promulgação da Constituição, foi uma vitória do PFL. Mesmo antes da nomeação de Juca, o governo já estava nas mãos dos pefelistas, mas a influência de Ottomar cresceu com a posse de seu pupilo na prefeitura de Boa Vista. Ottomar vai concorrer à prefeitura e espera repetir a votação de 86 para derrotar o adversário pefelista, Barac da Silva Bento.

O fim de um sonho

PLÍNIO VICENTE

BOA VISTA — Transformar Roraima em estado foi uma boa solução? Essa pergunta eu me faço a cada problema que vejo governo, empresários e população enfrentarem no dia-a-dia de uma terra muito rica, mas que abriga um povo extremamente pobre. A mesma pergunta tenho feito a pessoas das mais diversas atividades e da maioria tenho recebido respostas de desaprovação. Por que transformar um território onde nada existe num estado que, para consolidar-se, terá de amargar uma dolorosa travessia? A única vantagem é que de agora em diante teremos de caminhar com nossas próprias pernas, pois com o passar do tempo perderemos a generosa retaguarda da União.

Mas de todas as respostas a mais curiosa veio de um tipo popular — Joãozinho Melo — que conhece Roraima "de cabo a rabo, desde os tempos em que era um isolado e distante distrito do município amazônico de Borba": o melhor seria separar-se do Brasil e anexar-se à Venezuela. A vida seria bem melhor.

Essa atração do roraimense pelo Caribe chega às ratas da paixão. Guardando distância da República Federativa da Guiana, da qual está separado pela língua e por uma extrema pobreza que transforma a Guiana em satélite de Boa Vista, Roraima vê na Venezuela, com a qual divide mais de 900 quilômetros de fronteira, o vizinho que tudo tem: custo de vida lá em baixo, gasolina a Czs 15,00 o litro, alimentos baratos e um turismo que nos custa 10% daquilo que gostaríamos se eschohêssemos uma praia do litoral brasileiro. A Venezuela é, para Roraima, a barreira da fábula da raposa: tão ali e tão distante.

Nestes quase cinco anos de Roraima, para onde vim cultivar sonhos de fazendeiros e criar meus filhos com liberdade, pequenos potros soltos nos vastos pastos dos

campos gerais, entendi que aqui, na terra do onde tudo dá, tudo falta.

No jargão caipira que faço questão de conservar por respeito às minhas origens, Roraima é a terra da fartura: "farta" tudo. Falta, principalmente, gente para ocupar um extenso vazio de 230 mil quilômetros quadrados de solo fértil, sol ano inteiro, água à vontade e subsolo em cujas entranhas se encerram riquezas ainda não medidas. Mas conhecidas, como ouro, diamantes, cassiterita, tório, molibdênio etc.

Aprendi também que a grande luta para transformar o território em estado só tem uma causa: a luta de grupos políticos para ampliar seus espaços. Portanto, o desejo de transformação não nasceu do povo, da necessidade de autonomia econômico-administrativa, mas da ambição de poucos, que disputam a balança do poder tão irrisório, hoje nada representativo em termos nacionais. Mesmo porque a maioria dos políticos locais honra o lendário Macunaima, descoberto neste estreito norte pelo alemão Koch-Grumberg: um herói sem nenhum caráter.

Vejo a transformação em estado com algumas preocupações, pois serão muitos os problemas que o jovem governador Romero Juca Filho terá de contornar. Entre eles o aumento da disputa pelo poder a qualquer preço, que já está trazendo para cá figuras renegadas em seus estados; a migração acelerada e desordenada, criando graves problemas sociais tal qual ocorreu em Rondônia; a dizimação dos recursos naturais e da população indígena em razão da desmedida ambição pelo lucro fácil e, por fim, o aumento irreversível da violência urbana, que me obrigará a recolher do pasto meus três potrinhos. Farei isso com o coração partido e um sonho desfeito. Afinal, o quintal da infância dos meus filhos em Roraima não tem tamanho nem medida. Vai até onde suas pernas não de alcançar.

Plínio Vicente, jornalista radicado há cinco anos em Roraima, é paulista de Nova Europa



Edward Costa/AE

Araguaína: uma das possíveis capitais



Edward Costa/AE

Interior do Tocantins: avião transporta a riqueza